

O CONHECIMENTO A SERVIÇO DE QUEM?

Universidade, pesquisa, ciência e tecnologia no capitalismo dependente brasileiro

Rodrigo Medina Zagni*

Há relativo consenso, na literatura especializada, sobre o fim de uma “era de ouro” do capitalismo já desde 1970 (HOBSBAWM, 1995:202-224), com a ocorrência de crises intersticiais em todas as décadas subsequentes¹, intensificadas no início do novo milênio pela “crise dos *subprimes*”, a conseguinte guerra comercial entre China e Estados Unidos e, nesse início de 2020, a pandemia mundial de Covid-19 que, acelerando a marcha da crise estrutural, precipita o abismo da recessão mundial.

Nos planos nacional e internacional, dos centros economicamente desenvolvidos à periferia do sistema mundial, a crise aguda do capital é acompanhada pela aceleração do desmonte de direitos sociais, nexos de políticas “austericidas” voltadas ao atendimento dos interesses do financismo e do capital produtivo transnacional, a quem têm sido dirigida, por meio de instrumentos diversos, parte dos fundos públicos em origem destinados à saúde, educação, segurança e outros serviços públicos essenciais.

A contrarreforma do Estado, no Brasil aprofundada pela composição entre ultraneoliberalismo e extrema direita, tem a coerência do avanço desses setores (capital financeiro e produtivo) sobre fundos públicos, seja por meio dos esquemas de rolagem e pagamento dos serviços da dívida pública, seja privatizando setores como educação e saúde, convertendo direitos sociais em mercadoria.

Os retrocessos se somam ainda à cruzada ideológica movida contra o “marxismo cultural” e toda e qualquer forma de dissidência política, proclamando um pensamento único eivado de intolerância religiosa, racismo, misoginia, LGBTfobia, ódio de classe e outras formas de discriminação das diversidades, contaminando os mais diversos ambientes da vida social e, de forma mais organizada, o ambiente escolar e universitário, onde docentes têm sofrido todo tipo de patrulhamento ideológico, estimulados por governos e parlamentares, que tentam impor mordanças ao pensamento crítico.

Enquanto as ciências são vilipendiadas pelo fundamentalismo religioso, obscurantismos disseminados em forma de “fake news” e o anti-iluminismo plasmado no senso comum, a defesa do sistema público de ensino e da atividade docente, do ensino básico ao superior, da autonomia universitária, da liberdade de cátedra e de uma escola e universidade efetivamente populares significam a salvaguarda de um princípio: a educação, como direito, instrumento de emancipação dos indivíduos e de transformação da realidade social. Mas também a guarda do sistema universitário brasileiro, de pós-graduação e de autônomas políticas de ciência e tecnologia

* Docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pós-doutorando pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, bacharel e licenciado em História pela USP. Compõe a coordenação estadual paulista da corrente sindical Unidade Classista e constrói o movimento por uma Universidade Popular.

¹ O declive histórico do atual ciclo de acumulação se tornou visível nas últimas quatro décadas de crises, cujos intervalos não chegam a assinalar necessariamente a recuperação das anteriores taxas de lucro: em 1973, 1980, 1989, 1998 e 2008.

implicam na defesa de um dos pilares da soberania nacional, diretamente ligado ao domínio técnico-científico, ao mundo da produção, índices de desenvolvimento econômico, empregabilidade e acesso a direitos na própria moldura da institucionalidade burguesa.

Essa condição é explicitada no decurso da pandemia global de Covid-19 e pelo quantitativo de mortos alcançado no Brasil, superando os EUA no número de casos a cada um milhão de habitantes (21.577 contra 20.793, sendo a média global de 4.032 casos), ocupando o segundo lugar no *ranking* mundial de mortos (137.350 contra as 199.633 vítimas norte-americanas, de um total global de 965.529 mortos)², postando-nos no centro da pandemia global.

Em meio aos reiterados ataques às universidades públicas – acusadas de serem ambientes de “balbúrdia” e de serventia pública irrelevante –, a defesa das universidades e, nelas, dos meios para a investigação científica, são pré-condições essenciais para a busca de tratamentos, desenvolvimento de vacinas, produção de equipamentos e incremento de técnicas para o combate à pandemia. Para além das ciências da saúde, a crise sanitária se desenvolve por sobre tessituras sociais bastante heterogêneas e sua letalidade está diretamente ligada ao caráter de classe da sociedade brasileira, impondo o amparo das ciências como um todo, na multiplicidade dos saberes frente às complexidades do tempo presente. O esteio ao SUS e aos Hospitais Universitários por uma saúde pública, gratuita e de qualidade, que possa atender a todos nos momentos mais dramáticos que atravessamos, se soma à defesa da educação como direito e não como mercadoria, em todos os níveis e aos esforços de construção de uma universidade popular.

Para isso, é imprescindível discutir a correlação universidade e sociedade, pensando o caráter público dos processos de construção e difusão de conhecimento, do domínio das técnicas e da capacidade de reflexão crítica acerca dos usos sociais das técnicas e das apropriações de saberes em uma sociedade profundamente desigual, bem como do domínio científico acompanhado da necessária crítica acerca do alcance das ciências no Brasil.

Com esse escopo, procederemos a caracterização do capitalismo dependente brasileiro nos processos de mundialização do capital, o papel do ensino superior nesse quadro e, nele, do sistema de pós-graduação e suas conexões com as políticas públicas voltadas à Ciência e Tecnologia no contexto dos mais severos ataques já desfechados contra o caráter público e laico do ensino superior, onde a democracia segue inconclusa, espelhando a condição ilusória da liberdade burguesa.

O capitalismo dependente brasileiro nos termos da globalização neoliberal

O que se convencionou chamar de globalização, nas escolas de negócios, no discurso jornalístico, no universo onírico da propaganda e em manuais de empreendedorismo comuns ao gênero da autoajuda, oculta os elementos que constituem o atual ciclo de acumulação capitalista e as contradições que provêm dos processos de mundialização do capital. Trata-se do desenvolvimento iniciado já nos anos de 1970, com a crise de superprodução que encetou o declive desse ciclo, sob regime de globalização neoliberal e tendo o sistema monetário e financeiro internacional manejado diretamente pelas corporações financeiras privadas de Wall Street, sem mais a manutenção de reservas de ouro, pelos EUA, para a determinação

² Dados de 22 de setembro, colhidos no sítio Coronavírus (Covid-19); Google Notícias, disponível no link: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>.

do valor de sua moeda, estabelecendo-se o padrão “dólar puro” para a conversibilidade monetária necessária ao comércio internacional (SANTOS, 2007:49-86).

A universalização das relações capitalistas, acentuando-se o processo de financeirização econômica, impôs a prevalência do capital financeiro sobre o capital produtivo, ou seja, a busca por novas formas de valorização do capital desprendidas do mundo da produção de mercadorias, sem mais lastro com o trabalho humano, afirmando a tendência de a financeirização do capital culminar no desemprego de força de trabalho na esfera produtiva. E, como a mercadoria dinheiro não produz valor, mas especulação, as crises se interpõem enquanto se processa a ampliação geográfica de investimentos e a lógica do capital penetra a totalidade das relações sociais: econômicas, políticas e culturais, amoedadas e coisificadas na lógica precificada do consumo de massa.

Os conteúdos semânticos atribuídos à globalização revelam parte do regime ideológico que vigora no tempo presente. Esclarece François Chesnais (1994:23), a esse respeito, que a expressão “global”, como adjetivo, nasceu no início da década de 1980 nas escolas de administração de empresas anglo-americanas, popularizando-se como aforismo nas obras de consultores de estratégia e *marketing*, imprensa econômica e financeira e, por fim, aportando ao discurso político neoliberal. Mas não por acaso o termo se popularizou a partir dos manuais de administração: os destinatários desses conteúdos eram exatamente os conglomerados econômicos que deveriam explorar as oportunidades criadas pela demoção, por meio da liberalização e desregulamentação de mercados, dos obstáculos à expansão de suas atividades; aliados aos elementos da revolução informacional dos anos de 1980, instrumentos de comunicação permitiriam o controle de fluxos de capitais e investimentos em termos globais, possibilitando lucros também nessa escala. Seus significados seriam, portanto, imperativos para que fossem reformuladas as suas estratégias internacionais.

As apologias da globalização e do tecnoglobalismo, como máscaras ideológicas para ocultar contradições, afirmam-se nas miragens de um mundo “sem fronteiras”, onde a intensificação dos deslocamentos populacionais (dos *staffs* das megacorporações aos contingentes de desesperados que deixam seu solo pátrio em busca de melhores condições de vida) informaria a convivência harmoniosa das diversidades no ambiente das “cidades globais”; enquanto as grandes empresas não teriam mais “nacionalidade”, desterritorializadas no manejo dos fluxos de capitais libertos das economias nacionais, projetariam novos casulos de realidade nas relações de consumo, disponíveis de acordo com a capacidade de pagamento das classes proprietárias, das elites financeiras, das burocracias administrativas, de novas oligarquias de serviços e outros estratos dominantes, para a catarse de uma novíssima existência social: os não-lugares de uma sociabilidade internética onde são produzidas, postas em circulação e consumidas as identidades projetivo-sociais e toda sorte de relações interpessoais, na lógica monetizada do consumo de massa.

Desta feita, o imaginário social tem sido manipulado pelo discurso político e econômico cotidiano, difundido pelos aparelhos ideológicos do capital e em condição propositadamente vaga, para a defesa do corpo doutrinário neoliberal, por sua vez afeito à miragem de “aldeia global”, à quimera de uma “cidadania planetária” e ao falacioso discurso da prosperidade material e do gozo de direitos acessíveis aos dispostos pelo mérito.

Não se trata apenas de uma economia mundializada, para Milton Santos (1994:15-58), o processo de globalização comporta sociedades distintas adotando

modelos técnicos únicos, sobrepondo-se estes à multiplicidade de recursos naturais e humanos disponíveis nos territórios. Trata-se de uma lógica econômica mundial, formulada e propagada por oligopólios econômicos, tendo como interlocutores os Estados-centrais do sistema capitalista na distribuição de mercadorias, circulação de riquezas e determinação dos investimentos.

À nova configuração da economia mundial, conformada após o início da década de 1970, corresponde uma tessitura social para a qual se reconfiguram as definições de lugar: da base territorial da vida humana, os territórios passam a constituir o lócus de interesses econômicos locais e, maiormente, mundiais. A base territorial da vida social converte-se, com isso, no lugar onde são manejados os fluxos de capitais decompondo teias de sociabilidade em processos crescentes de de-subjetivação e precificação da humanidade, emblemas da vida pós-industrial assumidos, na diáde ideologia & alienação, como signos da normalidade.

E, contradizendo o mântico discurso do desaparecimento do Estado-soberano à sombra das megacorporações, a transnacionalização do capital – do capital produtivo ao setor especulativo do capital financeiro –, decorre nesse processo não do desaparecimento da unidade ontológica do Estado, mas de uma aliança firmada entre o capital e as elites políticas dirigentes na institucionalidade dos Estados nacionais, sobretudo no núcleo orgânico do sistema mundial (Cf.: ARRIGHI, 1998:215), onde empresas transnacionais e multinacionais acordam o controle do espaço planetário para decisões de investimentos e produção.

É do centro, o núcleo orgânico, à periferia, o capitalismo periférico, que a mundialização financeira demanda a liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais, manejados por recursos informáticos que permitem aos seus agentes (de corporações financeiras privadas a investidores individuais) o processamento e a transmissão de dados em tempo real.

Em termos de progresso técnico, a globalização, expressão das forças de mercado liberadas na forma do neoliberalismo, é apresentada no discurso político profissional, nas pseudo-análises econômicas difundidas pela mídia hegemônica, nos manuais de Administração de Empresas (e seus congêneres no híbrido empreendedorismo/auto-ajuda) e pela retórica jornalística dos grandes conglomerados da informação, sempre como um processo benéfico e necessário, requerendo-se das sociedades humanas que se adaptem aos seus caracteres. O uso reiterado deste termo, “adaptação”, compõe os sentidos da liberalização e da desregulamentação dos mercados financeiros e das relações de produção, nos interesses das empresas transnacionais e impondo o imperativo da valorização do capital privado sobre todos os aspectos da vida social, não apenas comprometendo a capacidade e a disposição de o Estado garantir direitos, mas movendo todo o seu aparato repressor contra formas organizadas de reivindicação desses mesmos direitos (ORLETTI, 2016:25-64).

A revolução informática, à qual se atribui o feito de ter encurtado distâncias e permitido as comodidades da vida remota, é das inovações técnicas aquela que mais importa à esfera financeira: é por meio de redes informáticas que os agentes da financeirização do capital e da especulação financeira (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão e de gestão de ações) estão permanentemente conectados, bem como os mercados, articulados em rede, garantindo maior mobilidade e flexibilidade para a valorização especulativa do capital e, com isso, maior liquidez, ao passo da complexização das operações financeiras, manejadas por um contingente cada vez mais restrito de conhecedores.

Com o desmantelamento do sistema de Bretton Woods (de 1971, com o fim da convertibilidade do dólar em ouro, a 1973, com o fim do regime de taxas cambiais fixas) e as mudanças processadas no sistema monetário-financeiro internacional, sob supremacia norte-americana coordenada não mais a partir de organismos multilaterais, mas por operadores financeiros privados sediados em Wall Street, tem-se uma governança mundial direta do grande capital sem mais mediações negociais, retirando-se dos bancos centrais nacionais quaisquer meios de controle sobre as relações financeiras internacionais: é a globalização do capital, na conjugação dos interesses de empresas transnacionais e de corporações financeiras privadas.

Produz-se na divisão internacional do trabalho, com essa mudança estrutural, uma nova coerência nas relações centro-periferia: agrava-se a ingerência estatal, advogando pelos interesses do capital transnacional, no capitalismo periférico; enquanto as desigualdades sociais passam a se adensar também nos países do núcleo orgânico, apesar de mais agudas na periferia; ao passo ainda do agravamento das pressões pela adesão, no capitalismo dependente, dos receituários neoliberais para a liberalização de entraves comerciais, enquanto no centro recrudescer um notável protecionismo econômico com o propósito de garantir vantagens concorrenciais ao capital mercantil.

No núcleo orgânico, os Estados soberanos reafirmam a sua centralidade na organização política de suas sociedades ostentando elevados gastos militares em nome da segurança nacional, brutalizando a atuação policial na contenção dos súditos ao passo do desmonte de políticas sociais e decomposição de direitos, e atuando com toda a sua maquinaria administrativa na defesa das pautas comerciais e vantagens concorrenciais de interesse direto de oligarquias econômicas que, no mais das vezes, não são sequer nacionais. Enquanto no núcleo orgânico o Estado-nação é fortificado, em benefício do capital, o discurso neoliberal afirma a necessária demoção da centralidade do Estado na organização das relações econômicas (mantendo-se, contudo, forte para a repressão dos insurgentes), como pré-condição para que países periféricos caminhem a senda do desenvolvimento nos termos da globalização neoliberal. O discurso é vocalizado não apenas pelos agentes do financismo e do capital transnacional, mas pelas forças políticas dirigentes nos Estados do núcleo orgânico e os quadros técnicos provenientes dos países periféricos, ali formados com bolsas "*full bright*" com a missão de implementarem essas agendas em seus respectivos países, compondo a tecnocracia a cabo da flexibilização institucional do Estado para o controle de seus destinos pelo capital, inundando seus mercados com produtos liberados de taxações, parasitando recursos por meio de privatizações, controlando a política financeira e fiscal com o uso de pressões diversas (o que passa pelos critérios firmados por organizações financeiras internacionais para acesso à linhas de crédito e investimentos) e até mesmo determinando prioridades em gastos sociais, na lógica austericida da ortodoxia neoliberal, afirmada como índice de responsabilidade fiscal e atratividade de investidores estrangeiros, aforismos que têm seus reais significados na decomposição de direitos sociais e destruição do patrimônio público nacional, para a remuneração do financismo e concessões de privilégios ao capital produtivo transnacional, às expensas da classe trabalhadora e de todos aqueles desassistidos de direitos.

Essa é a lógica que permite, sobretudo na periferia do capital, ao Estado neoliberal assumir a expressão da débil institucionalidade disposta à retirada de direitos (o que, paradoxalmente, demanda o comprometimento de suas instituições com as agendas do capital), a diminuição de gastos sociais e a incapacidade de interferir nos fluxos financeiros; ao passo do recrudescimento de seu aparato de

segurança em forma de para-Estado policial de repressão permanente voltado ao sufocamento de quaisquer esforços de organização da classe trabalhadora na luta por direitos.

A égide do financismo, para o regime de acumulação configurado nesse período, tem permitido a expansão e a acumulação do capital em escala mundial exatamente porque subverte a lógica dos ciclos de acumulação anteriores (desde o advento do capitalismo histórico), para a qual o Estado tem protagonismo decisivo no planejamento econômico do capital concentrado nas Altas Finanças, retornando parte dos proventos da expansão financeira ao capital produtivo como reinvestimentos na produção e, com isso, orientando a circulação comercial no sentido de sua expansão. Sob regime financista, o Estado é retirado dessa posição, passando a organização da produção e do comércio à regência das corporações financeiras privadas, segundo os imperativos que lhes são próprios: os da especulação.

Com isso, a autonomia do sistema financeiro, alocado no núcleo orgânico, é viabilizada pela desnacionalização dos mercados periféricos, o que se opera a partir de políticas de ajuste fiscal, desregulamentação dos mercados e privatizações de setores estratégicos. Quanto mais avança a globalização econômico-financeira, maior o grau de dependência das economias periféricas, correspondente, por sua vez, à adesão à ideologia neoliberal para que a implementação das agendas de ajustes monetário e fiscal, decomposição de direitos, cortes em gastos sociais e privatizações sejam seguidos de aquiescência e acrítica apatia, uma vez firmado um “logos” de progresso exógeno à realidade material de existência dos subalternos, aumentando com isso o grau de dependência num ciclo vicioso de subalternidade, até o momento culminante em que a realidade se impõe.

O Estado-nação, contrariando os “apóstolos do progresso”, não haveria de desaparecer; isso porque o processo de globalização econômica depende diretamente da aliança entre capital e Estado, ainda que os termos pactuados sejam distintos do núcleo orgânico à periferia do sistema mundial. É dessa percepção, havida já no início desta nova etapa de mundialização do capital que, em 1975, Florestan Fernandes cunhou o conceito de capitalismo dependente na análise das formas subordinadas com que, nos países periféricos, as burguesias nacionais se relacionariam com as oligarquias dos países centrais.

De elaboração anterior (FERNANDES, 2008), em 1968, o conceito de heteronomia, para uma sociologia brasileira, identificava a tendência à busca em sociedades europeias e a norte-americana do atendimento, não apenas de um extenso repertório de bens materiais, mas apenasos a eles padrões morais e códigos de conduta que informariam um *modus vivendi* moderno (firmado nos propósitos do progresso industrial e da prosperidade material), desde as mentalidades, colonizado por procedimentos de alienação intelectual e moral. Ou seja, o estado de dependência do capitalismo periférico não é apenas político e econômico: é também cultural. Há um caráter, com isso, permanente no desenvolvimento capitalista em realidades pós-coloniais: a heteronomia como permanência de uma condição colonial.

A forma historicamente definida assumida pela heteronomia, correspondente ao desenvolvimento do capitalismo internacional é a de capitalismo monopolista, sendo a composição de ambos (heteronomia e capitalismo monopolista) o capitalismo dependente. Essa condição não demarca apenas as distâncias entre o núcleo orgânico do capital e a periferia do sistema mundial; o capitalismo dependente é dotado de sentidos que atam ambas as realidades no abismo das mesmas desigualdades que as divisam.

As distâncias entre potências de capitalismo avançado e áreas protoindustriais ou apenas provedoras de matérias-primas são mantidas de forma correlacional. Com a divisão internacional do trabalho, no rearranjo das grandes potências (dada a sua capacidade industrial e reservas financeiras) e os novos termos da disputa sobre bens escassos, rotas comerciais de longo curso e mercados no mundo periférico, foi atrelado o desenvolvimento do núcleo orgânico ao subdesenvolvimento dos países colonizados ou recolonizados pelo capital já em sua forma industrial, apontando para a tendência crescente da financeirização do capital proveniente da expansão comercial. Dessa correlação, no capitalismo dependente, desdobram-se os fenômenos da concentração de renda e do aumento subsequente das desigualdades sociais, numa moldura jurídico-política conformada para a promoção dos interesses das oligarquias econômicas nacionais e do núcleo orgânico (quando em consonância), em detrimento dos extratos subalternizados nas relações capital-trabalho.

As assimetrias na divisão internacional do trabalho são aumentadas no regime de globalização neoliberal. Sabendo-se já dos vínculos estreitos entre recursos financeiros e capacidade produtiva, o manejo da economia mundial (da produção ao entesouramento do capital) permanece concentrado no ambiente das potências centrais, tanto quanto os recursos necessários ao desenvolvimento técnico-científico, índice elementar da corrida concorrencial intercapitalista.

Elisabeth Orletti (2016:25-64), passando em revista parte da tradição marxista dedicada à análise da desigual distribuição do capital produtivo, põs sob crítica o argumento da livre mobilidade internacional dos fatores da produção, encontrando, para ela, a lógica correlacional mantida entre países desenvolvidos e destes para os subdesenvolvidos, no processo de centralização do capital. A mobilidade do capital industrial seria determinada, com isso, pela tendência à concentração de capitais entre os países do núcleo orgânico, ambiente central da competição interempresarial e interestatal, e a subalternidade dos países periféricos.

A organização do capital produtivo, por sua vez, se dá na forma da fragmentação das cadeias produtivas, mas na lógica análoga da desigual correlação entre centro e periferia, tornando ainda mais vulneráveis as economias externas ao núcleo orgânico, dada a sua crescente dependência e o risco de eventuais dissensos entre os Estados e os agentes do capital metropolitano resultarem na sua substituição por países competidores, na mesma etapa da produção.

É nesse quadro que se dão os processos de inovação tecnológica, índices de capacidade de produção na corrida concorrencial capitalista. Ainda segundo Orletti (2016:25-65), o mesmo arranjo entre núcleo orgânico e capitalismo periférico espelha os processos de inovação tecnológica: no núcleo orgânico, os países mais altos na hierarquia econômica são aqueles capazes de iniciar e controlar processos de inovação, tanto quanto de se proteger dos efeitos negativos de processos de inovação iniciados e controlados por grupos antagônicos na competição interempresarial; já abaixo dessa linha de riqueza, no capitalismo periférico se verifica capacidade relativa (semiperiferia) ou incapacidade plena (periferia) de conduzir processos de inovação tecnológica, mais suscetíveis, com isso, aos efeitos provocados pelas inovações que provêm do núcleo orgânico.

Sobre a correlação entre o desenvolvimento do núcleo orgânico e o subdesenvolvimento da semiperiferia e periferia do sistema mundial, afirmou Arrighi (1998:219) que a riqueza dos Estados centrais depende da reprodução contínua da pobreza que afeta a maior parte da população mundial: “Os processos de exploração fornecem aos Estados do núcleo orgânico e a seus agentes os meios para iniciar e

sustentar processos de exclusão. Os processos de exclusão geram a pobreza necessária para induzir os dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos e semiperiféricos a buscar continuamente a reentrada na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados do núcleo orgânico”. Logo, para o capitalismo dependente, sua inserção e reinserção na globalização neoliberal será sempre subordinada, em maior ou menor grau, ao núcleo orgânico do capital.

Também importa demonstrar que a intensificação dos deslocamentos populacionais, comum à globalização, não significa que tenha se constituído um mercado de trabalho global: os de baixo, na estratificação social, quando se desterritorializam o fazem porque a condição de imigrantes ilegais e de força de trabalho precária e hiperexplorada é preferível às realidades periféricas devastadas pelos experimentos neoliberais. Trata-se da globalização do capital, não dos trabalhadores; é o que sustenta Castells (1999) ao confrontar os termos da economia global, em específico a mobilidade de capitais, bens e serviços em circuitos eletrônicos das redes financeiras globais, com os impedimentos erguidos à mobilidade da força de trabalho em direção às cidades globais. E mesmo nos países centrais, onde trabalhadores de realidades periféricas são impossibilitados de acessar postos de trabalho e mercados, o crescente processo de desindustrialização repercute na perda desses mesmos postos. Por sua vez, a fragmentação das cadeias produtivas, sem negar o processo de centralização do capital, tem tentado compensar prejuízos e recompor taxas médias de lucro migrando postos de trabalho para a periferia, movimento acompanhado pela decomposição, nessas realidades, de legislações trabalhistas, enquanto a crise capitalista se intensifica. É no capitalismo periférico que a mão de obra qualificada tem oferta mais barata, as leis protetivas do trabalho são mais flexíveis e a desregulamentação ambiental permite a pilhagem de recursos naturais pelo capital produtivo de forma ainda mais predatória.

Com o avanço da globalização neoliberal, à fragmentação das cadeias produtivas se segue a fragmentação do mundo do trabalho, sem mais a mediação garantista dos Estados nacionais às relações capital-trabalho, convertendo-se o Estado de bem-estar social em Estado repressor garantidor de vantagens concorrenciais.

É nesses termos que se dá a integração brasileira ao processo de mundialização do capital, de forma subordinada ao imperialismo. Desde o governo ditatorial militar, as tentativas de retomada da expansão econômica estiveram baseadas nos esforços de renovação tecnológica industrial, absorvendo equipamentos obsoletos da indústria norte-americana. Na “Dialética da dependência”, Ruy Mauro Marini (2000) determinou a industrialização latino-americana, na nova hierarquia da economia capitalista mundial, a partir da transferência para os países dependentes dos elementos que haviam constituído as etapas anteriores da produção industrial dos centros desenvolvidos, enquanto tecnologias das etapas mais avançadas estariam sob monopólio dos centros imperialistas.

É nesses termos que se processa um duplo efeito da integração brasileira ao imperialismo: o aumento da capacidade produtiva da indústria, na conjugação entre acréscimo de investimentos e racionalização tecnológica; e o desequilíbrio entre o crescimento industrial e a criação de empregos pela indústria, dada a incapacidade de o capitalismo industrial brasileiro criar mercados no concurso de seu desenvolvimento. O caso brasileiro, com isso, é o de agudização da lei geral da acumulação capitalista: a tendência ao pauperismo que compromete a própria capacidade produtiva.

A acumulação é, com isso, fundada na hiperexploração do trabalho; enquanto a produção, no caso latino-americano, não está ligada à capacidade interna de consumo. Esta é a condição de país dependente para Marini (2000:132): a dissociação, no ciclo do capital, entre produção e circulação de mercadorias, opondo de forma ainda mais tácita capital e trabalho na medida em que a capacidade de produção (determinando a venda) não tem relação com a capacidade de consumo, assaz diminuída, da classe trabalhadora (poder de compra).

Como esclarece Paul Singer (2002), esse desprendimento se explica pela dependência crescente, intensificada da década de 1980 em diante, das economias latino-americanas do fluxo de capitais financeiros internacionais, abnegando, por meio de elites políticas venais, de estratégias de desenvolvimento autônomo para abraçar uma dependência desejada, desregulamentando seus mercados internos para importações e capitais estrangeiros.

No Brasil, seguiu-se à estratégia lacaia do governo militar a abertura econômica patrocinada pelo governo Collor, reafirmando os termos da inserção dependente e subordinada da economia brasileira ao capitalismo mundial; a abertura financeira promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso e as políticas neoliberais aprofundadas pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef. Asseverada a crise capitalista mundial, no “claro-escuro” em que “irrompem os monstros”³, o recrudescimento do autoritarismo político atou-se firmemente às agendas do ultraneoliberalismo para a aceleração do projeto de contrarreforma do Estado e a destruição de direitos, pretendendo a mudança de toda a estrutura orçamentária do Estado brasileiro, nos interesses do financismo e do capital produtivo transnacional, nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, este firmemente disposto à decomposição das redes de cooperação sul-sul e a destruição do Mercosul, advogando pelos interesses da hegemonia norte-americana já em flagrante declínio.

A condição dependente do capitalismo brasileiro frente aos mercados internacionalizados se expressa, neste dobrado fúnebre em que são sepultados direitos históricos, pelo agigantamento do endividamento público comprometendo severamente gastos sociais com os esquemas de pagamento dos juros, serviços e da rolagem da dívida, enquanto seus títulos cotizam em bolsas internacionais à sorte de todo tipo de especulação; também pela ênfase à transferência do capital produtivo para a esfera financeira, corroborando com o desemprego de mão de obra na produção; as políticas monetárias cada vez mais restritivas; as políticas cambiais de juros reais elevados e o sucateamento dos serviços públicos.

Trata-se de uma dependência não apenas desejada, senão disciplinada pelos órgãos diretivos do imperialismo, em especial pelo Banco Mundial, para que financiamentos diversos dependam de políticas orçamentárias e fiscais contrárias ao texto constitucional de 1988, demovendo parte fulcral dos direitos sociais ali pactuados e concentrando-se em três pontos fundamentais: reforma da previdência, reforma tributária e reforma universitária.

Esse é o lugar do Brasil no capitalismo dependente, com crescimento inferior à média do crescimento mundial e uma política econômica que, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, primou por uma política monetária de juros altos, política fiscal pautada pela produção do *superavit* primário (intensificada pelo governo Lula para a produção da valorização artificial do real frente ao dólar e, com isso, atração

³A referência é a passagem: “O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros”, dos textos carcerários de Antonio Gramsci (1996:1755).

de investimentos internacionais, fazendo avolumar a dívida pública) e política cambial restritiva.

Na divisão mundial do trabalho, onde se reafirma a condição dependente do capitalismo brasileiro, a produção técnico-científica está divisada entre o núcleo orgânico (o centro epistêmico de suas elaborações) e a periferia, a quem competem procedimentos meramente técnicos de reprodução dos saberes originários desses centros (ORLETTI, 2016:25-63). A estratificação do trabalho técnico-científico, portanto, se dá entre atividades cerebrais e atividades neuromusculares, estas por sua vez organizadas como jurisdições do núcleo orgânico. Nos centros epistêmicos do núcleo orgânico estão sediadas as atividades cerebrais incumbidas das inovações demandadas pela concorrência intercapitalista como métodos de produção, fontes de insumos e formas de organização do trabalho. Já em suas jurisdições periféricas, as atividades neuromusculares não envolvem inovação, senão a acrítica incorporação das inovações criadas pelo núcleo orgânico (ARRIGHI, 1998:219).

... Só os países do núcleo orgânico conseguem ser de fato inovadores, por realizarem atividades que requerem um maior investimento em ciência e tecnologia. Os países semiperiféricos ficam à margem deste processo, por não efetuarem este investimento e estarem inseridos de forma subordinada neste processo de mundialização da expansão capitalista. Esta forma subordinada marca definitivamente a inserção de países como o Brasil, tanto na assimetria que aparece no sistema educacional com a economia quanto na reestruturação do seu mercado de trabalho. Países semiperiféricos têm conseguido investir pouquíssimo em inovação e investimentos em educação, ciência e tecnologia (ORLETTI, 2016:61).

O ensino superior na periferia do sistema mundial

Dos mais de 200 milhões de brasileiros, apenas 15% dos jovens entre 18 e 24 anos (faixa etária considerada universitária pelo censo nacional) têm a chance de ingressar no ensino superior em um curso de graduação, com menos chances ainda de fazê-lo em uma instituição pública, o que nos permite afirmar a condição de exclusão da juventude pobre do ensino superior, considerando ainda sobre essa clivagem as divisas de raça e gênero. É preciso, diante desse quadro, decifrar os dados da exclusão nos censos produzidos pelas instituições que gerem as políticas para o setor, bem como recompor as origens oligárquicas da instituição universitária no Brasil.

Se considerada a antiguidade das universidades no mundo colonial hispano-americano, o ensino superior, no Brasil, é uma novidade datada do século XIX, em razão das especificidades guardadas pelo modelo lusófono de colonização e de como o exclusivo comercial metropolitano resultou no monopólio dos saberes ligados a uma série de ofícios, cuja formação deveria ter lugar tão somente no Velho Mundo.

Ainda assim, com a vinda dos missionários jesuítas, em 1549, são organizados os primeiros cursos de Filosofia e Teologia para os quais se requeria a conclusão do ensino considerado basilar. Mas os primeiros cursos de ensino superior só são formalizados, na institucionalidade do Estado, em 1808 com a instalação da corte portuguesa no Brasil e a criação da Escola de Ensino Superior que, como contributo, assentou os cursos em cátedras.

Nessa moldura, nesse mesmo ano, a Academia Real da Marinha passou a oferecer o curso de Engenharia, enquanto na Bahia instituiu-se a cátedra de Cirurgia

e, no Rio de Janeiro, os cursos de Cirurgia, Anatomia e Economia. No ano seguinte, o Rio de Janeiro sediava o primeiro curso de Medicina; em 1810, a Academia Militar Real organizava o curso de Engenharia; em 1812, no Rio de Janeiro, o curso de Agricultura, em 1817 de Química e em 1818 de Desenho Técnico (AMORIM; NOVAES; SANTOS, 2018:156-166).

No ano de 1827 foram criadas, em São Paulo, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e, em Recife, a Faculdade de Direito. Em 1934, a Universidade de São Paulo incorpora a primeira e, em 1946, a Universidade Federal de Pernambuco, a segunda.

Desde o advento das cátedras e das faculdades, seus destinatários seriam os filhos (rapazes, em sua totalidade) das oligarquias brancas das regiões sul e sudeste, em primazia, bem como nordeste. Os termos da exclusão socioeconômica ganharam contornos jurídico-formais já na aurora do século XX, quando as iniciativas para limitar o acesso ao ensino superior tomaram forma de decreto: em 1911, o Decreto nº8.659 que criou os exames de admissão; no mesmo ano o Decreto nº11.530 que disciplinou o exame vestibular; e, em 1925, o “*Numerus Clausus*”, que limitou o acesso aos cursos mais procurados direcionando excedentes para vagas ociosas.

Até a proclamação da república, esclarece Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (1980:13), mais 13 escolas de ensino superior permitiram chegar à soma de 14 estabelecimentos dedicados a esse grau de formação; já de 1889 a 1930 (da Proclamação da República à revolução que pôs termo à República Velha), tiveram origem outras 72 escolas de mesmo nível, elevando o cômputo para 86 e, dali até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945 (a Segunda República), outras 95 escolas de nível superior iriam perfazer o total de 181 instituições.

A opção pelo ensino superior privado é feita desde o início do processo de expansão do ensino superior, nos idos de 1960, com a abertura do setor às camadas sociais médias nos termos da Autorização do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Educação para que corporações privadas pudessem explorar o setor, fazendo multiplicar várias vezes o número de instituições privadas de ensino superior dali por diante. Como resultado, no mesmo ano de 1960, o setor privado já havia abocanhado 43% das matrículas no ensino superior, crescendo ao ponto de, em 1980, dar conta de 63% das matrículas (AMORIM; NOVAES; SANTOS, 2018:156-166).

Sob regime militar, a Reforma Universitária de 1968, promulgada pela Lei nº 5.540/68, aboliu o sistema de cátedras, atendendo às demandas de professores e estudantes, estabelecendo o instituto do concurso público por sobre os esquemas medievais de suserania e vassalagem ainda vigentes no sistema universitário (não que, com isso, essas estruturas não tenham permanecido nas mentalidades das elites universitárias); firmando também o princípio da autonomia universitária (que só seria consagrado, contudo, pela Constituição de 1988) na mesma medida em que vinculou os propósitos das universidades aos mecanismos do mercado.

É com essa configuração institucional que as universidades brasileiras adentraram à reestruturação produtiva e à financeirização do capital comuns ao regime de acumulação sob globalização neoliberal.

No capitalismo dependente brasileiro, a reestruturação produtiva teve início nos anos de 1990, com as políticas públicas educacionais já submetidas às diretrizes do Banco Mundial, cujos eixos principais, de acordo com Pablo Gentili (2001), seriam: 1. o ajuste da oferta de acordo com a redução dos investimentos públicos destinados a financiar a prestação de serviços educacionais (infraestrutura, carreira docente, pessoal técnico-administrativo, insumos etc.); 2. a reestruturação jurídica do sistema de ensino com o propósito de, por meio de um conjunto de leis, decretos e medidas

provisórias, descaracterizar a educação como direito; e 3. a redefinição do papel do Estado, de garantidor de direitos a Estado avaliador da prestação de serviços.

É desta feita que a expansão do ensino superior no Brasil, iniciada na década de 1970, se intensifica nos anos de 1990, durante uma primeira onda de choque neoliberal, produzindo-se tensões entre políticas neoliberais de restrição de direitos (ao passo da conversão do direito à educação em bem de consumo) e as crescentes reivindicações por acesso das camadas populares ao ensino superior.

Às essas demandas, o Estado respondeu com inclusão mediada pelo setor privado, que, por meio de cobranças de mensalidades, buscou atender às pressões do capital pela formação de mão de obra qualificada no mundo da produção e da prestação de serviços, por um ensino expositivo, conteudista e pautado em manuais de caracteres essencialmente técnicos e esvaziados de conteúdos de reflexão crítica, traços que se mantêm comuns às instituições privadas de ensino superior.

À primeira fase da expansão do ensino superior brasileiro, de 1960 até 1980, ligada a um pensamento conservador soberanista, limitado pelas exigências do capitalismo internacional, se seguiu a estagnação assistida de 1980 até 1995, com um baixo crescimento das IES respondendo ao estancamento econômico e ao marasmo político vigentes nesse período. A expansão só seria retomada em 1997, estendendo-se até 2015 e com ênfase ainda maior no setor privado, coerente esse segundo ciclo ao propósito da inserção subordinada da economia brasileira à globalização neoliberal em curso.

De 1980, quando se registrava a existência de 882 instituições de educação superior, até 1998, quando o montante é de 973, o crescimento verificado atinge a marca de 10,32% (AMORIM; NOVAES; SANTOS, 2018:156-166), índice sobretudo da explosão privatista que acometeu a realidade brasileira como parte dos experimentos neoliberais implementados no final dos anos de 1990.

A agenda de privatização da educação superior brasileira é preparada de acordo com as bulas prescritivas neoliberais, de 1995 a 1998, quando elaborado o Plano Diretor da Reforma do Estado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e sob os auspícios do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. No “Plano Bresser-Pereira” é definida a educação superior não mais como um serviço exclusivamente estatal, concebendo-se as universidades como organizações sociais que prestariam serviços ao Estado.

Assim franqueado o ingresso de corporações privadas para a exploração dos serviços educacionais no ensino superior, de 1998 até 2015 verifica-se o salto de 882 instituições de ensino superior (IES) para 2.364, o que corresponde a um crescimento de 168%. Mas a correlação entre o crescimento da oferta e o acesso ao ensino público superior como gozo de um direito social depende de uma pergunta central: esse crescimento corresponde, propriamente, a qual setor? No mesmo ano de 2015, desse total verifica-se que 2.069 instituições são privadas, ou seja, 87,5%; enquanto 295 são públicas, 12,4% (AMORIM; NOVAES; SANTOS, 2018:156-166), discrepância que demonstra a prevalência do capital na oferta do que então passa a ser concebido como “produto educacional”, deformada a condição da educação como direito social.

E no ensino superior pago, por sua vez, pode-se afirmar a supremacia das instituições privadas de pequeno porte, as faculdades que constituem nesse mesmo ano 92% das IES privadas, com quadros docentes malformados, nula contribuição científica, sem propósitos extensionistas e a cabo de um ensino conteudista, fragmentado e voltado à formação aligeirada, sem liberdade docente para o pensamento crítico e dedicada à mera reprodução de manuais.

Os dados da educação pública superior no Brasil, disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), informam, no Censo da Educação Pública Superior de 2018 (defasados, portanto), 2.537 IES dispostas entre universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica. Destas, verifica-se a avassaladora prevalência das faculdades privadas, instituições de pequeno porte e, no total de 1.929, sobre o cômputo das universidades e centros universitários.

É possível identificar, por categoria administrativa, o percentual de 88,2% de IES privadas contra 11,8% de IES públicas, sendo estes 11,8% distribuídos, por sua vez, entre 5% de IES estaduais (IEES), 4,3% de IES federais (IFES) e 2,4% de IES municipais (IMES) (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018).

Dessas categorias, é preciso recordar que, segundo a classificação das IES feita pelo MEC (CADASTRO E-MEC), as faculdades estão centradas em uma determinada área do conhecimento, sem compromisso com a produção de pesquisa e atividades de extensão, desobrigadas de ofertar cursos de pós-graduação, sem a exigência de professores com dedicação em tempo integral e estabelecendo o mínimo de um terço do corpo docente com mera titulação de pós-graduação *lato sensu* (as ditas especializações), enquanto não gozam de autonomia para a criação de cursos e programas de ensino. Já os Centros Universitários têm como únicos elementos de distinção, frente às faculdades, a possibilidade de abranger mais áreas de formação, a liberdade frente ao MEC para criar novos cursos e programas de ensino, a necessidade de um de terço de mestres ou doutores no corpo docente e o mínimo de um quinto dos professores com dedicação em tempo integral à instituição. Já as universidades devem contemplar as diversas áreas do conhecimento por meio das unidades acadêmicas e faculdades que lhes constitui, baseando seus fazeres na condição indissociável entre ensino, pesquisa e extensão; além do ensino de graduação devem ser dispostos, no mínimo, quatro programas de pós-graduação (PPG's) *stricto sensu*, dentre os quais um, ao menos, ofertando vagas de doutorado; dispõem de autonomia didático-pedagógica para a criação de novos cursos e programas de ensino sem que precise aprová-los junto ao MEC; no mínimo um terço do corpo docente deve ter titulação de mestrado ou doutorado, correspondendo essa condição, nas universidades públicas, à quase totalidade dos professores; e no mínimo um terço dos professores deve ter dedicação integral à instituição, sendo a dedicação exclusiva comum ao regime de contratação nas IES públicas.

Ainda assim, de um total de 8.450.755 matrículas, pouco mais da metade é feita em universidades, comprometidas pelo texto constitucional de 1988 com a totalidade dos saberes e com a tríade ensino-pesquisa-extensão, enquanto faculdades e centros universitários repartem a quase totalidade do montante das matrículas restantes (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018).

No entanto, em 2018, dos 3.445.935 ingressos em cursos de graduação, por categoria administrativa, 83,1% se deram em IES privadas, contra 16,0% em IES públicas, o que significa dizer que em cada 4 estudantes, 3 frequentam instituições particulares de ensino superior. Enquanto, no setor privado, verifica-se um crescimento regular no número de ingressos, de 1.798.425 para 3.445.935 em 10 anos (de 2008 a 2018), ou seja, 91,5%; nas IES públicas, no mesmo período, os ingressos cresceram de 538.474 para 580.936, correspondentes a apenas 7,88% (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018). Em síntese, não apenas o setor privado se impõe, no quantitativo de vagas e matrículas, mas também é o setor que mais cresce frente às IES públicas.

Desses ingressos, é importante distinguir, nos cursos de graduação, as vagas de ensino presencial e aquelas destinadas à modalidade de ensino à distância (EAD), estas compreendendo 40% já do montante de ingressos, o que equivale a 1.373.321 de estudantes. De 2008 a 2018, registrou-se o crescimento de 196,55% de ingressos na modalidade de EAD (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018).

E entre os ingressos em cursos de graduação, o grau acadêmico que distingue os bacharelados, licenciaturas e cursos tecnológicos, permite identificar, já desde a primeira etapa da formação acadêmica, a inclinação à pesquisa científica e à produção de conhecimento, comuns aos bacharelados e expressos em 58% dos ingressos, enquanto 20,5% referem-se à licenciatura, mais afeita à formação de professores, e 20,9% ao grau tecnológico (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018).

Outro dado que importa, a fim de explicitar os contrastes entre IES públicas e privadas, é o número de docentes por categoria administrativa. De um total de 384.474 professores, 54,7% estão na rede privada, que praticamente não registrou acréscimo no número de vagas para professores nos 10 anos anteriores a 2018, ao passo do crescimento do número de instituições credenciadas e de matrículas feitas, indicando a sobrecarga de trabalho no ensino de graduação. No mesmo período, o número de docentes nas IES públicas cresceu 19,5%, o que também não chega a equivaler ao crescimento da rede pública de ensino superior em termos de IES e matrículas registradas (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018).

No tocante à distribuição dos cursos de graduação presenciais, por região, os dados disponíveis são de 2017 e informam a centralidade da região Sudeste, com 14.697 cursos, quase a metade do total de 33.232, explicitando as disparidades regionais, tendo a região Norte como aquela menos assistida por cursos de graduação, com o total de 2.502 (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2017).

Desses cursos, o mesmo censo informou a localização de 37,7% deles em capitais, enquanto 62,3% estão no interior (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2017), demarcando o sentido da expansão do ensino superior brasileiro: a interiorização, com o escopo tanto de alavancar o desenvolvimento econômico nas regiões distantes dos grandes centros, quanto de democratizar o acesso ao ensino superior.

Notadamente, o período de maior crescimento do ensino superior brasileiro é o que se estende de 2003 a 2014, nos termos que aqui iremos analisar. Quanto à oferta de cursos de graduação, enquanto em 2003 estavam sediadas em 282 municípios, em 2014 já haviam chegado ao atendimento de 792, registrando-se o crescimento de 180% de cidades contempladas por IES. Nesse mesmo ano, 78,5% das vagas oferecidas no ensino superior eram novas, mas para que se saiba, de antemão, qual setor mais se beneficiou nesse processo, cumpre informar que 90,2% dessas vagas referiam-se a instituições particulares (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2014).

Quanto ao crescimento da rede pública, foi concentrado nas IFES em razão da implementação do Reuni, o plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, previsto para vigorar de 2003 até 2012 e responsável por ter feito saltar de 114 para 237 municípios atendidos pelas IFES, com a criação de 14 novas universidades federais, somadas às 45 já existentes e originadas entre 1919 e 2002, e mais 100 novos *campi*, do que resulta um aumento de 111% da oferta de vagas presenciais e 2.428 novos cursos de graduação (REUNI, 2014).

As matrículas em cursos presenciais de graduação aumentaram 60%, na pós-graduação *stricto sensu* em 90% e, com a criação, em 2006, da Universidade Aberta

do Brasil (UAB), viu-se o espantoso salto para 520% do aumento de matrículas em cursos de graduação à distância (REUNI, 2014).

É por essa razão que o crescimento mais significativo no número de matrículas em cursos de graduação, nas IES públicas, se deu na rede federal que, de 2008 a 2018, saltou de 698.319 para 1.324.984, ou seja, 89,7% (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018).

Ainda assim, com relação à sua previsão, os resultados da expansão estão muito aquém do esperado e entusiasticamente propagandeado. As universidades não chegaram a receber sequer a metade dos investimentos acordados com o governo federal, em torno de 7 bilhões; bem como o crescimento não contou com um proporcional quantitativo de docentes nas IFES, acrescido 44% nesse período (de 49,8 mil professores, em 2003, para 71,2 mil, em 2012), compreendendo 21.786 novas vagas para professores que, se verificarmos mais de perto, não chegam a ser todas elas tão novas assim: referimo-nos ao fato de muitos dos docentes ali concursados terem ocupado o lugar até então preenchido por professores temporários, cujo número caiu 64% (REUNI, 2014).

Do descompasso resultam turmas superlotadas, o número elevado de orientandos por orientador, condições inadequadas de trabalho tanto para docentes quanto para servidores técnico-administrativos e de aprendizado e pesquisa para os estudantes.

Os dados da expansão informam a sua condição gravissimamente inclusa e a impossibilidade de ultimar os objetivos propagandeados quando de sua implementação. Sua incompletude decorre da incompatibilidade entre planejamento, recursos financeiros, humanos e materiais no montante necessário para a oferta de ensino, pesquisa e extensão nos níveis de excelência característicos da universidade pública no Brasil. Em 2013, do total de 3.885 obras contratadas para o Reuni, apenas 2.417 estavam concluídas, ou seja, 62%, enquanto 1.022 outras, 26%, ainda em execução (REUNI, 2014). Com a sucessão das medidas de ajuste fiscal, na forma do Plano Levy-Calheiros, em 2015, o golpe jurídico-parlamentar desfechado em 2016 e a aprovação da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto dos gastos públicos, o que eram obras inconclusas converteram-se em monumentos a céu aberto da precarização das IFES.

Os problemas de infraestrutura, dotação orçamentária inadequada, escassez de recursos humanos e materiais, precárias condições de trabalho, impróprias ou mesmo inexistentes instalações de ensino e pesquisa e a falta de recursos para a permanência estudantil permitem-nos afirmar ter sido a expansão abortada e, com isso, seus propósitos subsumidos nas políticas que privilegiaram, no mesmo período, o setor privado, que explora a educação superior como mercadoria.

Ainda que se verifique um aumento exponencial do número de discentes, há uma desproporção notável no equivalente de servidores técnico-administrativos e de docentes, além das desconformes condições de infraestrutura e instalações nos *campi* da expansão, na incompatibilidade de muitas de suas instalações prediais com a natureza das atividades que deveriam sediar.

Mas há outros dados a demonstrar as prioridades do governo federal, ao tempo do próprio Reuni, para a educação superior brasileira: o setor privado e o projeto de privatização da educação superior no Brasil. Enquanto recursos públicos são transferidos da educação para instituições particulares por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), verifica-se a intensificação de cortes e contingenciamentos, de forma mais severa e sistemática a partir de 2015, afetando as IES públicas.

Esse cenário da privatização fica demonstrado pelo aumento do setor privado, responsável por 86,8% das IES em 2001, para 88,3% em 2010 (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010), e diz respeito a um nexo que explica a ênfase dada, pela institucionalidade do Estado, a esse setor que opera a comercialização de um direito social: a educação superior como privilégio, sendo os seus beneficiários, não o estudantado, mas o empresariado da educação. Isso porque, à classe trabalhadora, em linhas gerais, é reservado o ensino privado de má qualidade; enquanto as oligarquias são dirigidas às universidades públicas, cujo acesso é mediado por filtros socioeconômicos diversos, passando pela rede de cursinhos pré-vestibulares que chegam a cobrar mensalidades superiores à média das IES privadas.

No universo das IFES, essa inclinação se inverteu pelo menos desde 2014, conforme os dados colhidos pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e que informam que 66,19% dos estudantes, ou seja, dois terços, são pertencentes às classes econômicas D e E (com renda familiar média de 1,5 salário mínimo) e egressos do ensino público. De acordo com a associação, o feito foi alcançado pela utilização progressiva do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de 2009, pela adesão das IFES ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pela Lei das Cotas, implementada a partir de 2013, e pelos resultados do Reuni com os novos *campi* da expansão carreando o processo de interiorização das IFES. Se consideradas as disparidades regionais, o percentual de estudantes com esse perfil se eleva nas regiões Norte e Nordeste para 76,09% e 76,66%, respectivamente.

No quesito cor e raça, o relatório evidencia também o impacto que a adoção de ações afirmativas, por meio da reserva de vagas, teve dentro das universidades federais (ANDIFES, 2014). A mesma pesquisa revela o percentual de 47,57% de estudantes autodeclarados pretos e pardos, contrastando com os dados que, em 1997, mostravam que apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos, estariam cursando ou teriam concluído um curso de graduação. De 2003 a 2014, a expansão das IES, acompanhada pelo aumento consubstancial de vagas e matrículas, seguiu à seguinte distribuição entre estudantes brancos, pardos e pretos: o número de estudantes brancos saltou de 278 mil para 429 mil; de autodeclarados pardos, de 132 mil para 354 mil; e de pretos, de 27 mil para 92 mil.

O notável fenômeno não passaria incólume às oligarquias brasileiras; serviu de propósito para as reiteradas investidas de setores conservadores pela retomada do controle oligárquico, branco, misógino e hétero normativo das IES públicas, em ações de violência tácita e institucional intensificadas no mesmo período.

O complexo de pós-graduação na reestruturação produtiva

Sobre o sistema de pós-graduação estruturado no Brasil, seus antecedentes e primórdios foram estudados por Newton Sucupira (1980:3-18), que identificou o doutoramento, mediante defesa de tese, desde a implementação do ensino superior brasileiro. Sua normatização jurídico-política, contudo, é recente: data de 1931, quando da “Reforma Francisco Campos”, que instituiu os primeiros cursos de doutorado por meio dos Decretos de nº 19.851, que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, e de nº 19.852, da organização da Universidade do Rio de Janeiro e que criava cursos regulares de doutorado de Direito e de Ciências Exatas e Naturais.

Concebia-se o doutorado, com duração de dois anos, como instrumento de preparação de professores, apesar de o magistério superior não o exigir, do que decorre a pouca procura pelo doutoramento nesse período.

Em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras instituiu uma concepção de doutoramento baseada na tradição europeia, propriamente germânica, tomando-o como pré-condição para a livre-docência e, com isso, parte fundamental da formação docente para o magistério superior.

É esse o sentido incorporado, em 1946, pelo Regimento da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil que, a partir do Decreto nº 21.231, que define o seu estatuto, regulamenta o doutorado nos mesmos moldes da USP e o associa, pela primeira vez, ao termo “pós-graduação”.

Já a vinculação do doutoramento, como estudo pós-graduado, à pesquisa científica, esta decorre do movimento de modernização das universidades brasileiras iniciado nos anos de 1950 e subordinado à nova hegemonia mundial consolidada ao término da Segunda Guerra Mundial, a norte-americana.

Mesmo com o fim do Estado Novo, o alinhamento definido pela política externa brasileira aos termos da cooperação hemisférica impostos pelos Estados Unidos no decurso da Segunda Guerra, incluíam nos esforços institucionais concentrados pelo “Escritório para Assuntos Interamericanos” – que funcionou em Washington subordinado diretamente ao Departamento de Estado (Cf.: ZAGNI, 2015), que manteve uma Divisão de Educação com o propósito de organizar intercâmbios acadêmico-científicos – missões coordenadas por universidades americanas, visitando, *in loco*, instituições brasileiras e programas de bolsas institucionais para formação de acadêmicos em universidades norte-americanas e a vinda de seus pesquisadores para instituições brasileiras; essa é a origem de alguns dos “brasilianistas” mais notáveis desse período, como Richard Morse, por exemplo, que sediou parte da sua atuação como pesquisador no Instituto de Estudos Avançados da USP (Cf.: ZAGNI, 2015:42-62).

Nesse processo, são criados institutos de pesquisa, vinculados às cátedras, e que têm papel fundamental na estruturação da pesquisa científica, que passa a ser sediada nas universidades brasileiras. São exatamente esses institutos os precursores dos atuais PPG's.

Há em curso, a partir desse alinhamento, uma acelerada complexização institucional da pesquisa científica nas universidades brasileiras, responsável pela criação dos órgãos diretivos das pesquisas pós-graduadas que definiriam as prioridades da investigação científica no Brasil: o Conselho Nacional de Pesquisas, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (a CAPES, antes ter assumido a forma de coordenadoria) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Dessa fase de expansão do ensino superior brasileiro, a criação da Universidade de Brasília, em 1963, tem como contributo a definição da pós-graduação como tarefa ordinária e permanente da universidade, estabelecida por meio de um sistema de cursos regulares.

Em termos de diretrizes nacionais, a organização e o funcionamento da pós-graduação assumem concretude logo após este marco, em 1965, quando o Conselho Federal de Educação aprova o parecer que dá à pós-graduação uma precisa definição, estabelecendo as normas gerais para a sua organização e funcionamento. Trata-se do marco, efetivamente, de criação do sistema de pós-graduação brasileiro.

Desses esforços, resulta a promulgação do Estatuto do Magistério Superior Federal que, em seu artigo 25º, estabelece a competência do Conselho Federal de Educação em “definir os cursos de pós-graduação e fixar-lhes as respectivas características”. Dessa atribuição, se segue o Parecer nº 977/65, desse conselho, e que, por sua vez, firma a distinção fundamental entre pós-graduação *lato sensu*, a especialização e o aperfeiçoamento, e *stricto sensu*, a formação científica, cultural ou profissional nos graus acadêmicos de mestre ou doutor.

Quando da Reforma Universitária de 1968, já há uma centena de cursos de mestrado e doutorado em pleno funcionamento nas universidades brasileiras. Com isso, os seus termos tão somente confirmam muitos dos conteúdos já elaborados pelo Conselho Federal de Educação: a estruturação da carreira do magistério superior a partir dos graus de mestre e doutor e as bases de uma política nacional de pós-graduação.

É nessa configuração que se dá o processo de expansão da pós-graduação ao longo de pouco mais de uma década, seguida da criação do sistema de pós-graduação: de 1965, com 23 cursos de mestrado e 10 de doutorado, a 1977, quando são registrados 609 cursos de mestrado e 213 de doutorado; um índice de crescimento quase 20 vezes superior (SUCUPIRA, 1980:3-18).

O quadro da expansão resulta, não apenas em termos quantitativos, mas, sobretudo, qualitativos, das mudanças estruturais do capitalismo havidas nos anos de 1970 e o processo de globalização ali desencadeado, assumindo o corpo doutrinário político e econômico do neoliberalismo.

Já vimos como a dimensão ideológica do discurso aforístico tecno-globalista fez difundir, como valores da globalização, a retórica de “cidadania global”, com a desterritorialização das identidades em um “mundo sem fronteiras” e a necessidade de os sistemas educacionais primarem pela formação para esse novo tipo de cidadania e para um novíssimo mundo do trabalho, regido pela complexização crescente dos mercados e pelo advento de novas tecnologias paridas pela revolução informacional.

É, com isso, das demandas do capital transnacional sobre as realidades de capitalismo dependente que provém o conjunto de pressões que então recaem sobre as universidades e, nelas, sobre os labores científicos alocados em seus PPG’s.

Na díade universidade e capital, é preciso dar a este, no novo regime de acumulação assumido pela globalização neoliberal, forma precisa, distinguindo o processo de internacionalização do capital, que refere expansão das relações capitalistas por todo o planeta (já em curso desde o processo de Revolução Industrial no século XIX), por meio do alargamento dos circuitos comerciais; do processo propriamente de mundialização do capital, que implica na descentralização das empresas nacionais (de produção de bens de consumo e de prestação de serviços) em unidades que se fragmentam em diversos países ou regiões, onde são minimizados os custos e auferidas maiores vantagens em razão dos fatores: remuneração da força de trabalho, desregulamentação de leis protetivas e disposição das universidades às demandas do capital.

No capitalismo dependente, com isso, as universidades e o sistema de pós-graduação estão imbricados no propósito da submissão da soberania nacional, abrindo mão do domínio técnico-científico, em prol da soberania econômica das empresas transnacionais. Trata-se, mais amplamente, da passagem das instituições republicanas da democracia burguesa e do concernente discurso da igualdade jurídico-política para o comprometimento mais direto da maquinaria do Estado com a

realização dos lucros privados, parasitários das desigualdades econômicas: aí estão as chancelas da díade universidade e capital.

Com a passagem da internacionalização à mundialização do capital, o capital produtivo (capital produtor de mais-valia) é reestruturado para o aumento do investimento externo direto (IED), acentuando o processo de fragmentação das cadeias de produção e do mundo do trabalho, obrigando a reorganização das economias nacionais frente ao agigantamento das corporações transnacionais: daí provém um novo paradigma de empresa cuja estratégia central passa a ser o IED. Como demonstraram João dos Reis Silva Júnior e Valdemar Sguissardi (2009:27-74) ao identificarem as demandas do capital sobre as universidades brasileiras na nova configuração assumida pelo capitalismo internacional, trata-se de novas estruturas corporativas, novas formas organizativas e de gestão e nova base produtiva, ou seja, novas tecnologias.

Os mesmos autores, ao associarem a estratégia tecno-financeira à passagem da produção material direta para o fornecimento de serviços, identificaram como índices de competitividade o *know-how* e a pesquisa e desenvolvimento (P&D) como competências tecnológicas para um novo patamar de especialização da força de trabalho, compondo o capital humano assim formado desde a educação básica e fundamental até a superior. Com isso, das universidades e seus PPG's, no capitalismo dependente, são requeridos os propósitos da pesquisa para a qualificação especializada da força de trabalho nos interesses do capital. Essa qualificação especializada, por sua vez, almeja a formação de competências para a montagem de operações cada vez mais complexas e coordenadas, envolvendo múltiplos e diversos atores: corporações privadas, instituições financeiras, organismos multilaterais de financiamento e, enfim, universidades.

Para que possamos compreender o nexos de relações que determinam as agendas da pesquisa científica nas universidades brasileiras, nesta quadra histórica, é preciso determinar a estrutura da economia mundializada e das cadeias de comando que definem os seus destinos.

Retomemos que a globalização neoliberal, como etapa da mundialização do capital, se dá sobretudo na forma da mundialização financeira. Sendo o centro da nova ordem econômica, o capital produtivo baseado em IED e da hegemonia econômica o capital financeiro (sob manejo dos grandes grupos institucionais privados), a estrutura da economia mundializada seria, como tal: de hegemonia do capital financeiro, de gestão do capital monetário e tendo como eixo condutor as empresas transnacionais (SILVA JÚNIOR & SGUISSARDI, 2009:27-74). Esse é o nexos das reformas institucionais públicas implementadas nas décadas de 1980 e 1990.

A partir desse nexos, por sua vez, desdobra-se a seguinte cadeia de comando: capital financeiro ⇨ capital monetário ⇨ empresas transnacionais ⇨ Estado ⇨ agências de fomento ⇨ universidade ⇨ programas de pós-graduação ⇨ pesquisa científica. Por meio desse nexos é que se pretende a transferência de tecnologia e inovações tecnológicas, custeadas por fundos públicos, para as empresas transnacionais.

Com o advento do “Plano Bresser-Pereira” de Reforma do Estado, a deformação dos serviços públicos, equiparados ali ao setor privado, permite a definição de um “Estado competitivo” para o qual o trabalhador venderia sua força de trabalho, distinguindo-se instituições estatais públicas de instituições estatais mercantis, num carrilhão de serviços que passam a ser concebidos como não-exclusivos do Estado e, com isso, de caráter competitivo. Esta é a nova face do

Estado: o Estado competitivo, e das universidades como instituições estatais mercantis. As universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas passam a constituir serviços não exclusivos ligados ao Estado por meio de contratos de gestão com o Poder Executivo.

O processo de mercantilização da educação superior alcança, com isso, uma etapa superior em que, por meio da definição de um Estado mercantil pretendia-se pôr termo à dicotomia Estado e mercado, enquanto as IES públicas e as agendas de pesquisa da pós-graduação passam a estar mais firmemente voltadas ao atendimento das demandas do capital e advogando em nome do desenvolvimento econômico.

Por sua vez, a atrelagem das universidades ao capital, processada pela institucionalização do Estado-mercantil (com a transferência da responsabilidade do Estado à sociedade civil, leia-se, o mercado) foi atada por convênios então possibilitados pela Lei de Inovação Tecnológica (a Lei nº 10.973, promulgada em 2004), com empresas privadas para a venda de patentes (resultados de pesquisas custeadas com fundos públicos), realização de pesquisas aplicadas ao setor produtivo (custeadas com fundos públicos) e o controle, pelas empresas, tanto sobre os procedimentos de pesquisa quanto o produto dela derivados (mais uma vez, com recursos públicos). A ênfase dada à utilização de fundos públicos tem a finalidade aqui de explicitar a saída encontrada pelo capital produtivo para compensar as perdas de suas taxas de lucro no decurso da crise do capitalismo internacional.

O impacto dessas mudanças foi severo na identidade das IES, bem como na forma de trabalho do professor universitário, no mais das vezes formado e pós-graduado na coerência da submissão dos labores científicos aos imperativos do capital. A Lei de Inovação Tecnológica, nesses termos, se incumbiu da sistematização dos termos da reestruturação produtiva aplicados aos processos de investigação científica sediados nas IES brasileiras: da tríade Estado-universidade-pesquisa, esta alocada nos PPG's e provendo do Estado a racionalidade política que animaria os problemas da pesquisa científica; para a nova composição em que, no lugar do Estado, figurariam as empresas transnacionais, impondo a racionalidade do mercado à definição dos problemas de pesquisa de que se ocupariam os PPG's (SILVA JÚNIOR & SGUISSARDI, 2009:27-74). Não porque a racionalidade política teria, com isso, desaparecido das agendas da investigação científica (tampouco desaparecera o Estado), mas porque a racionalidade do mercado teria se tornado o núcleo da própria política, comprometendo a soberania estatal frente aos interesses do capital transnacional, as agendas da pesquisa científica em detrimento daqueles que efetivamente custeiam por meio de impostos os seus fazeres e, por fim, a perda da autonomia universitária para a definição dos objetivos dos labores científicos que por missão institucional deve organizar.

O caminho do comprometimento da pesquisa aos interesses do capital passa pela conjugação entre: governo ⇨ Ministério de Ciência e Tecnologia ⇨ Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (a cabo da indução de pesquisas voltadas ao mercado) ⇨ programas de pós-graduação.

Esses são os nexos, no capitalismo dependente brasileiro, que conformam a correlação entre pós-graduação e pesquisa científica e dão forma ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, incumbido do incentivo à pesquisa científica e da elaboração dos padrões exigidos para as teses, o rigor científico dos procedimentos de investigação e meios para a realização das pesquisas científicas no Brasil. Com esse escopo, entre os anos de 1996 e 1997, foi estruturado o modelo CAPES (elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculada ao Ministério da Educação), de avaliação dos cursos de pós-graduação

stricto sensu e que, com algumas variações, se mantêm. Também o sistema de financiamento dos PPG's por órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), CNPq e CAPES, entre outras agências, fundações e empresas públicas de fomento às ciências.

Dessas mudanças estruturais e que impactam decisivamente os labores da pesquisa científica sediada nas universidades brasileiras, importa ainda identificar seus desdobramentos no ofício da docência no ensino público superior, com cerne no conceito de professor-pesquisador e, seus fazeres, ciosos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Silva Júnior e Sguissardi (2009:27-74) demonstram que, com as mudanças havidas, impõem-se ao ambiente acadêmico os imperativos de uma sociabilidade produtiva comum à submissão dos propósitos da pesquisa às necessidades do mercado e expressando-se numa nova forma de valoração do trabalho docente: o produtivismo acadêmico. O tempo das ciências sucumbe, no ambiente universitário e no sistema de pós-graduação, ao tempo do capital.

A própria institucionalidade da pós-graduação é redesenhada para a premiação do professor-pesquisador cioso das regras do produtivismo acadêmico: Estado-Mercantil ⇨ CAPES (incumbida da avaliação, financiamento, organização, controle e regulação dos PPG's) ⇨ Pós-Graduação ⇨ Financiamento indutor de pesquisas (com ênfase aos problemas do setor produtivo) ⇨ Pesquisa ⇨ Publicação (e patente, idealmente).

Colecionando o maior número de publicações em estratos cada vez mais pormenorizados (em índices qualitativos cujos critérios nada dizem respeito às demandas sociais), o professor-pesquisador, disciplinado no produtivismo acadêmico e envaidecido da pilha de *papers* publicados e que muito provavelmente jamais serão lidos, compõe as fileiras de uma elite gestora dedicada à própria perpetuação dos seus na institucionalidade burocrática da universidade e do Estado, escalando a hierarquia das agências de fomento e incrustando-se na estrutura de pós-graduação das IES.

Só em aparência, com a reestruturação produtiva, as universidades se modernizam, isso porque, nas instâncias profundas das mentalidades, o caráter oligárquico fundante das universidades brasileiras se acentua ainda mais com as novas formas de distinção entre subalternos, os professores de graduação e, com isso, não-pesquisadores, alheios aos processos de construção de conhecimento e reduzidos à expressão de meros “dadores de aula” (forma como são costumeiramente hiperexplorados pelas IES privadas), e a elite produtivista credenciada nos PPG's, cujos méritos intelectuais dificilmente podem ser reconhecidos em razão dos critérios ditos válidos para que, na pós-graduação, possam estar credenciados (critérios do produtivismo acadêmico assumidos pelos PPG's e pelas revistas que garantem publicações nos estratos mais bem avaliados pelo sistema CAPES).

É quanto mais escassos se tornam os recursos financeiros para o fomento à pesquisa científica no Brasil, com a intensificação de cortes e contingenciamentos a partir de 2015 e a brutalização das restrições orçamentárias no governo de Jair Bolsonaro, declaradamente avesso às ciências e disposto à destruição de todo o sistema universitário brasileiro, mais se intensifica a competição entre pesquisadores.

Na “luta de todos contra todos”⁴, o Estado induz o produtivismo acadêmico, selecionando aqueles declaradamente afins à ideologia de mercado, depurados pelos procedimentos prévios de ranqueamento comuns às revistas científicas, avaliadas indiretamente quando da aferição de conceitos aos PPG’s e a quem finalmente devem ser destinados recursos financeiros por meio de chancelas diversas.

As pressões produtivistas exercidas pelas agências governamentais de fomento, demonstram Silva Júnior e Sguissardi (2009:27-74), não se limitam ao ambiente dos PPG’s onde incidem sobre orientadores e, destes, sobre doutorandos e mestrandos; chegam até a mais tenra etapa formativa da graduação, quando estudantes manifestam interesse ou são cooptados aos projetos de iniciação científica, na mesma lógica da competição por bens escassos onde *lupus est homo homini lupus*⁵. A lógica não é a da cooperação tão comum aos processos de investigação científica e necessários à edificação do conhecimento humano, mas da competição que impõe, aos labores das ciências, o individualismo associal absoluto, na forma do pesquisador egocentrado e a do professor avesso à identidade de classe.

Com isso, as universidades brasileiras, que já foram celeiros de uma vívida e original intelectualidade, agora dão lugar à formação de obedientes séquitos de pesquisadores comprometidos única e exclusivamente com as suas próprias carreiras e, para isso, servis aos interesses do mundo empresarial e às panaceias do crescimento econômico, enquanto se agiganta o fosso da crise estrutural que já decompõe o mundo onde as certezas desses limitados intelectos estão cravadas.

O processo de mercantilização das IES públicas brasileiras tem sua origem, com isso, na pós-graduação; e a expansão da pós-graduação, na lógica da reestruturação produtiva e da sociabilidade produtiva, permite avaliar a condição de atrelagem da pesquisa científica e as demandas do capital.

O crescimento da pós-graduação no Brasil é desencadeado pelo ingresso de novas IES aos estudos pós-graduados intensificado com a implementação do Reuni, entre 2003 até 2012. A ampliação da oferta de vagas e a criação de novos cursos de graduação, como aqui já vimos, levam consecutivamente ao aumento de programas e oferta de vagas na pós-graduação.

Os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (GEOCAPES), informam o Sistema de Pós-graduação no Brasil, a partir da distribuição de PPG’s, no total de 4.291 programas sendo, destes, 2.186 de mestrado e doutorado, 1.281 de mestrado, 741 de mestrado profissional, 82 de doutorado e 1 de doutorado profissional (GEOCAPES, 2018).

Destes, 81,5% dos PPG’s estão estruturados em IES públicas, enquanto 18,5% são oferecidos por IES privadas. Dentre as públicas e em seus distintos *status* jurídicos, nestes 81,5% aparece a maior fatia, 57,6%, de PPG’s em IFES, 23,2% em IEES e 0,7% a IMES (GEOCAPES, 2018).

É, portanto, nas IES públicas que se registra maiormente a oferta de vagas na pós-graduação e, dentre elas, a abrangência dos PPG’s nas IFES, presentes em 25 dos 27 Estados do Brasil, referindo-se a mais da metade dos programas. Verifica-se a totalidade da oferta, nas IFES, em 4 Estados: Acre, Rondônia, Amapá e Tocantins e, como exceções, apenas Paraná e São Paulo, onde o maior número de PPG’s pertence às IEES (GEOCAPES, 2018).

⁴ Referência de Thomas Hobbes ao “estado de natureza”, onde os homens estariam movidos pela pulsão de autopreservação que lhes é intrínseca, à luta por bens escassos em natureza (2009:21-122).

⁵ “O homem é o lobo do homem”, outra referência hobbesiana ao “estado de natureza” (HOBBS, 2009:21-122).

Como vimos, é nas IES públicas que estão 81,5% dos PPG's do país, o que equivale dizer que de cada 5 PPG's, 4 estão sediados em IES públicas, compreendendo 3.703 cursos de mestrado e/ou doutorado. Ao passo que as IES públicas concentram apenas 30% dos alunos de graduação, conforme demonstramos anteriormente, são elas que abrigam a avassaladora maioria dos PPG's.

É também nas IES públicas que se verifica o mais alto grau de excelência das pesquisas, de acordo com os critérios de avaliação da CAPES (já postos sob crivo crítico nas páginas anteriores) com um sistema de conceitos que vai de 1 a 7, sendo as notas 1 ou 2 responsáveis pela perda do credenciamento do programa enquanto a nota máxima equivale à "excelência internacional". Conforme os dados disponibilizados pela Plataforma Sucupira, da CAPES, do total: 4.581 PPG's em 2017, 185 foram avaliados com o conceito 7 e, destes, 98 estariam sediados em IFES, equivalendo a 53%, 73 em IEES, 39,4%, dos quais, por sua vez, 71 pertenceriam às universidades estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP). Com isso, 90% dos PPG's mais bem avaliados estão nas IES públicas (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2017).

Quanto aos estudantes de pós-graduação, os dados da CAPES de 2017 informam o total de 375.468 alunos, 84% deles matriculados em IES públicas. No contraste com as privadas, 87,9% dos alunos de doutorado, 84,3% dos alunos de mestrado e 72,8% dos alunos de mestrado profissional estariam matriculados em IES públicas, concentrando mais de 80% dos pós-graduandos brasileiros.

Enquanto em 16 Estados da federação 80% dos pós-graduandos estão matriculados em IFES, em apenas 2 estados o setor privado chega a corresponder com mais de 20% da demanda: em São Paulo, com 22,1%, e Rio Grande do Sul, com 31,1%.

As políticas públicas de Ciência e Tecnologia para a formação de superlucros

O Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCTI) brasileiro é coordenado, desde o Poder Executivo Federal, pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIT). Localmente, é por meio de Secretarias Estaduais de CT&I que se procede à coordenação de sistemas regionais, cujas instâncias de representação são o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI) e o Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP).

Vamos, portanto, aos termos institucionais, desde os seus contornos formais, para então procedermos a análise de seus sentidos e significados.

No SNCTI é que se constituem as principais agências de fomento à pesquisa científica ligadas às universidades brasileiras e ao sistema de pós-graduação: desde o MCTIT, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o CNPq; desde o MEC, a Capes; desde o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o BNDES; e nos Estados é o caso das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's).

Essas agências, por sua vez, estão enredadas num complexo de órgãos governamentais que operam como fontes distintas de financiamento em C&T e que podem ser divididas em quatro tipos: 1. orçamentos da administração direta federal; 2. recursos de agências de fomento federais; 3. orçamentos das unidades da federação; e 4. recursos geridos diretamente pelas agências reguladoras.

A alocação dos recursos do SNCTI, no interesse das universidades e PPG's, se dá fundamentalmente a partir da concessão de bolsas e de auxílios à pesquisa e à infraestrutura, mas opera ainda outros complexos instrumentos como a subvenção

econômica, empréstimos, renda variável, compra pelo Estado com margem de preferência local, encomenda tecnológica, incentivos fiscais, bônus tecnológico, títulos financeiros e cláusula de PD&I de agências reguladoras.

Os programas institucionais de bolsas de pesquisa, por sua vez, dividem-se em bolsas para estudantes, de nível médio e graduação, com o propósito de despertar vocações científicas, e de pós-graduação, com a finalidade expressa da formação de recursos humanos.

Aparece em condição de destaque, nas diretrizes do MCTIC, o fomento à relação entre universidade e empresa, viabilizando a inserção de pesquisadores no setor produtivo em ações e projetos de PD&I e a capacitação de recursos humanos em temas relacionados à tecnologia e inovação, podendo-se as bolsas serem ofertadas a pesquisadores em ICTs ou até mesmo em empresas. Os auxílios à pesquisa científica, tecnológica e de inovação são apresentados pelo MCTIC, dentre distintos propósitos, com a finalidade expressa da cooperação entre ICTs e empresas no desenvolvimento científico e tecnológico, operando nessa modalidade as principais agências de fomento à pesquisa científica do país: CNPq, CAPES, FAPs, FINEP e BNDES.

É nas universidades, contudo, que se realiza a maior parte da pesquisa científica nacional. Mais precisamente, é nas IES públicas que estão os pesquisadores responsáveis pela quase totalidade da produção científica nacional. Do quadro geral de pesquisadores em atividade no país, 60% estão vinculados às IFES, 27% às IEES e apenas 13% a instituições particulares (UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE C&T, 2007).

Expostos os elementos configuracionais do complexo de C&T, procedamos à análise de seus conteúdos.

Primeiramente, importa estabelecer três etapas fundamentais nas políticas de desenvolvimento desse setor: 1. de 1995 a 2002, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e de adesão mais incisiva aos termos da inserção subordinada brasileira à globalização neoliberal; 2. de 2003 a 2016, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef, propagado um novo-desenvolvimentismo que como mudanças estruturais correspondeu a um neoliberalismo mais centrado no capital produtivo nacional, sem mudanças significativas nas estruturas de remuneração do financismo e de políticas mais sistemáticas de C&T; e 3. de 2016 ao tempo presente, do ilegítimo governo de Michel Temer e do ultradireitismo da gestão de Jair Bolsonaro, a cabo de uma contrarreforma do Estado assumidamente ultraneoliberal e operando, sobretudo no contexto da crise sanitária mundial, medidas anticientíficas afirmadas a partir de uma base de apoio afeita ao fundamentalismo religioso neopentecostal, parte das razões que explicam a destruição do complexo de C&T com uma mudança de paradigmas que afirma um grau maior de subordinação aos interesses norte-americanos, preterida a globalização neoliberal pela subordinação direta ao imperialismo por meio de relações bilaterais gravemente assimétricas.

É preciso também elencar o repertório normativo que, a partir dessa segunda etapa, dá forma ao SNCTI, a saber: em 2004, a Política Nacional de Ciência, Política e Inovação (PNCTI) estabelecida por meio da Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973), que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; em 2005, a Lei do Bem (Lei nº 11.196), que instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação; e em 2007, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI).

No ano de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) estabeleceu como objetivos estratégicos a prioridade do incremento tecnológico para o aumento da competitividade internacional da indústria brasileira, por sobre a prestação de serviços à população, reduzida a expressão de grandeza muitas vezes menor. Com isso, abriram-se possibilidades para o financiamento do setor privado diretamente pelo BNDS com maior aporte de crédito a ser liberado, diminuição do “*spread* bancário” (diferença entre os juros pagos pelos bancos para captação de recursos e os juros que o mesmo banco cobra para emprestar dinheiro), incentivos fiscais e mudança na legislação tributária.

Com essa moldura, os gastos com C&T apresentaram crescimento até 2013, e redução significativa retornando, em 2017, aos patamares de 2005. O ano de 2017 é, nesses termos, culminante dada a gravidade dos cortes na área, com os gastos correspondendo praticamente à metade daqueles realizados no ano de 2013 (IBGE, 2018).

Os cortes e contingenciamentos têm impacto direto no orçamento das agências públicas de fomento à pesquisa. Com isso, os recursos do CNPq, que, de 2003 até 2007, foram superiores aos da CAPES, a partir de 2008, resultam inferiores. Já em 2015, a CAPES passa a concentrar 377,26% de recursos superiores ao CNPq. De 2009 a 2013, os recursos do CNPq cresceram, atingindo 0,1% da receita total, mas, desde o ano de 2014, o CNPq vem sofrendo uma política de cortes de recursos que culmina, em 2016 e 2017, em valores inferiores àqueles recebidos em 2003, numa redução de 13% e que revela um retrocesso brutal do financiamento público da pesquisa científica no país (UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE C&T, 2007), ao mesmo tempo em que são criados mecanismos de indução para as parcerias com empresas privadas, para o fomento direto, via fundos públicos, das agendas de pesquisa de interesse do capital produtivo e do setor de serviços.

Ainda que entre 2010 e 2017 as despesas com a CAPES tenham crescido 26,6%, se analisarmos a evolução dos recursos de 2015 a 2017 perceberemos que, de fato, ocorreu redução de mais de 54%, evidenciando como as políticas austerizadas de ajuste fiscal, implementadas no período, afetaram os PPG’s e o fomento à pesquisa científica no país.

É possível verificá-lo também a partir do impacto dos cortes sobre as bolsas de pesquisa para a pós-graduação. Entre os anos de 2004 a 2014, os recursos da CAPES cresceram em 447,5% e os valores destinados a bolsas obtiveram um aumento de 458,4%; no entanto, entre 2015 e 2017, os cortes nas bolsas de estudo atingiram 45,22%, com impacto direto sobre a produção científica nacional (UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE C&T, 2007).

Ainda assim, de acordo com os indicadores de CTI do MCTIC, a produção científica aumentou de 2003 a 2017 de 15 mil artigos para 45 mil artigos. Segundo relatório da Clarivate Analytics, de 2017, preparado para a CAPES e que avaliou a produção científica brasileira de 2011 a 2016, o Brasil é o décimo terceiro maior produtor de publicações em âmbito mundial com um total de mais de 250.000 *papers*.

Mas é preciso proceder a um exercício crítico desses marcos.

A crise do capitalismo internacional, no regime de acumulação da globalização neoliberal, se expressa, sobretudo, nas dificuldades de valorização do capital seguidas de estratégias do capital, para superação das dificuldades de produção de valor, para a captura de fundos públicos.

Acentua-se também o movimento de centralização do capital como etapa decisiva na concorrência intercapitalista impondo uma tendência ainda maior à formação de monopólios ou oligopólios econômicos, organizados por setor de

atividade, por meio de fusões e aquisições que divisam monopólios nacionais e monopólios transnacionais. Sobre o impulso às fusões, Chesnais (1996:45-68) demonstrou a existência de uma relação direta entre a elevação de despesas de P&D e a necessidade de aprovisionamento de insumos em escala mundial.

Os investimentos em C&T seguem a mesma lógica, acompanhando o processo de centralização do capital e demandando grande volume de capitais. E, enquanto o capital produtivo encontra cada vez mais dificuldades para a produção de valor e o capital financeiro intensifica processos de especulação, o Estado no capitalismo dependente passa a dirigir seus esforços para a oferta de crédito aos monopólios, de onde se espera o acúmulo dos capitais necessários para investimentos privados (com recursos públicos) em C&T. O Estado assume o papel, quando não de mediador entre o capital bancário e o capital industrial, do próprio financiador do capital produtivo.

Com isso, as políticas de C&T provêm das demandas capitalistas pela intervenção estatal para a oferta de crédito ao capital produtivo; resultam então das pressões sobre o Estado por políticas garantidoras de ganhos financeiros para a acumulação do capital.

Sobre a centralidade do fundo público para a dinâmica capitalista, esclarece Silvia Cristina Guimarães Ladeira (2017:32-45) que “o enfrentamento das crises capitalistas vislumbra no fundo público a superação de obstáculos para realização do valor. Assim como outros mecanismos, a intervenção do fundo público contribui para a diminuição do tempo de rotação do capital, na medida em que acelera o processo de reprodução capitalista.”

Com isso, à tendência acentuada à queda das taxas de lucro e o custo crescente com mudanças estruturais nos processos de produção, espera-se uma atuação não apenas compensatória dos fundos públicos, mas também por meio de políticas públicas de C&T a possibilidade inclusive da formação de superlucros. E, ao referir o uso de fundos para o incremento dos lucros dos monopólios econômicos nacionais e transnacionais, é preciso explicitar sua direta relação com o aumento das perdas sangradas pela classe trabalhadora na forma de cortes e contingenciamentos em gastos sociais e a decomposição acelerada de direitos.

Inovação, com isso, equivale a lucro e, no capitalismo dependente, à destruição de direitos sociais.

Com isso, não basta a defesa do aporte de recursos públicos para a pesquisa científica no Brasil; mas uma mudança ruptural de paradigmas; senão, vejamos: de 2003 a 2015, registra-se um aumento significativo de recursos públicos voltados à “política de inovação” disciplinada quando da constituição do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCTI), inscrevendo-se no claro propósito, contudo, da mercantilização do financiamento da pesquisa por meio da transferência de dinheiro público para o atendimento das necessidades do setor privado.

Ainda assim, os gastos com C&T aparecem subordinados a imperativos ainda maiores de transferência de fundos públicos ao setor especulativo do mercado financeiro, por meio do pagamento da rolagem, dos juros e dos serviços da dívida pública. À guisa de exemplo, no ano de 2003, o gasto com C&T equivaleu a 0,38% do gasto total com a dívida pública e 1,29% dos gastos com os juros e amortizações da dívida; enquanto em 2013, o gasto com C&T representou 1,2% dos gastos totais com a dívida pública e 1,8% dos gastos com juros e amortizações da dívida pública (UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE C&T, 2007). De 2003 a 2017, a média dos gastos com C&T equivaleram a 0,75% do gasto total com a dívida e 1,79% do gasto com juros e amortizações da dívida; enquanto as despesas da União com C&T foram elevadas de R\$ 4,519 bilhões em 2003 para R\$ 6,344 bilhões em 2017, o que

representa um crescimento de 40,38%. Ao passo que os recursos destinados à C&T, no ano de 2003, equivaleram a 0,12% do PIB e 0,23% das despesas totais da União, em 2017, oscilaram em 0,10% do PIB e 0,25% das despesas totais da União (UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE C&T, 2007).

Verifica-se, a partir de 2010, um notável decréscimo dos recursos destinados à C&T de R\$ 11,945 bilhões para R\$ 6,344 bilhões, em 2017, uma redução de 46,89%. O índice está ligado ao comprometimento maior dos fundos públicos com a remuneração do financismo, como se expressa de 2003 a 2010, período em que 0,14% do PIB e 0,34% do orçamento da União são direcionados à área de C&T, enquanto o pagamento dos juros da dívida assume a expressão de 8,22% do PIB e 19,82% do orçamento da União, informando a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo na disposição do fundo público e a coerência dos constantes cortes dos recursos destinados à educação e à C&T.

É nesse quadro que, em 2016, se dá o avanço ainda maior do capital na captura das agendas da pesquisa científica brasileira e da atrelagem entre universidade e mercado, com a promulgação da Lei nº 13.243/16, que estabelece o novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e que contou, como suporte legal, com a Emenda Constitucional nº 85, face à necessidade de mudanças na Constituição Federal de 1988 para a equiparação entre inovação e ciência básica, distorção conceitual sem amparo epistemológico e que é responsável, por sua vez, pela deformação do próprio conceito de ciência vigente no Brasil. Mas a mudança se explica pela necessidade, do capital em crise, da integração dos institutos públicos de pesquisa e universidades e o mundo das empresas privadas, em termos parasitários.

O discurso aforístico, como suporte ideológico voltado à produção da alienação de todos os envolvidos nas profundas contradições que resultam da corrupção dos objetivos da pesquisa científica, propagandeava a ideia da aproximação benévola da universidade com a sociedade por meio das empresas privadas. Note-se que a tarefa da mediação entre universidade e sociedade é outorgada pelo poder público às corporações privadas que perseguem o objetivo do lucro de seus acionistas, distinto do propósito político do bem comum.

Com isso, as mais de 200 emendas feitas às legislações anteriores passaram a permitir a privatização das instituições de pesquisa e dos conteúdos nelas produzidos, a profusão de parques tecnológicos montados em universidades como tipos novos de arranjos produtivos conjugados às práticas científicas para o incremento de novas tecnologias; a internacionalização da pesquisa nos propósitos do capital produtivo transnacional e envolvendo agentes diretos das megacorporações; a possibilidade de o Estado investir em capital de risco em C&T e P&D, permitindo com isso a captura direta do fundo público por corporações privadas; e a permissão para alocação de recursos materiais e financeiros públicos em empresas privadas.

Considerações finais

Dada a análise da maquinaria complexa que configura o sistema universitário brasileiro e de pós-graduação, bem como das políticas de C&T, desde a institucionalidade do Estado voltados aos interesses do capital produtivo transnacional em crise, submetidos por sua vez às prioridades do capital financeiro, buscamos evidenciar as razões pelas quais não basta a luta pela garantia de recursos públicos para a pesquisa científica, quando as agendas da própria pesquisa estão submetidas aos interesses do capital.

O caráter restritivo do ensino superior brasileiro, logo a educação como privilégio, explorada pelo setor privado como mercadoria de qualidade rebaixada e servil ao propósito da reprodução técnica esvaziada de conteúdos reflexivos e mesmo da capacidade de produção de pesquisa de ponta, tanto quanto de iniciar processos de inovação tecnológica, tem razão na divisão mundial do trabalho e na subsequente condição de capitalismo dependente, e decorrente heteronomia, como insígnias da subalternidade da realidade brasileira, desejada pelas elites políticas e oligarquias econômicas servis ao imperialismo.

É possível, com isso, uma universidade popular na ordem do capital?

A construção de uma universidade popular inscreve uma luta para muito além dos muros que guardam as IES do entorno de sociedade que a ladeia e onde estão as “classes perigosas” que em seus ambientes são de formas diversas expelidas. É preciso, desde a defesa de uma educação capaz de emancipar consciências, mover as lutas sociais para a demolição de todas as estruturas que produzem subalternidade no parasitismo daqueles que nada produzem e a quem, com isso, nada deve pertencer!

Referências bibliográficas

- ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2014, disponível no sítio: <http://www.andifes.org.br/>.
- AMORIM, Priscila Azevedo de; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; “Ensino superior brasileiro: notas sobre a origem e a expansão”; *Universidade e sociedade*, Ano XXVIII, nº 61, jan. 2018, pp. 156-166.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.
- CADASTRO E-MEC; sítio: emec.mec.gov.br, acessado aos 10 de outubro de 2020.
- CASTELLS, Manuel A. *Sociedade em rede: a era da informação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1999.
- CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010 – Resumo Técnico; MEC, 2010.
- CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2014 – Resumo Técnico; MEC, 2014.
- CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2015 – Resumo Técnico; MEC, 2015.
- CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2017 – Resumo Técnico; MEC, 2017.
- CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2018 – Resumo Técnico; MEC, 2018.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORONAVÍRUS (Covid-19); Google Notícias, 22 Set. 2020, disponível no link: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>.
- FÁVERO, Maria de Loudes de Albuquerque. *Universidade e poder: análise crítica / fundamentos históricos*. DF: Plano, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- GENTILI, Pablo. *Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES; 2018, disponível no link: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>.
- GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Palermo: Sellerio, 1996.

- HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, formas e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, 2018.
- LADEIRA, Silvia Cristina Guimarães; “Limites do capital e direcionamento da política de ciência e tecnologia”; *Universidade e sociedade*, Ano XXVII, nº 59, jan. 2017, pp. 32-45.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARX, Karl; “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política”; *in*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- _____. “Marx a Paul Annekov, dezembro de 1846”; *in*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ORLETTI, Elisabeth. *Universidade pública & sociedade brasileira: projetos em disputa*. Curitiba: CRV, 2016.
- PLATAFORMA SUCUPIRA, CAPES; 2017, disponível no link: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.
- REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2020; disponível no link: <http://reuni.mec.gov.br>.
- SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no Pós-Guerra Fria*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2007.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2013.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2002.
- SUCUPIRA, Newton; “Antecedentes e primórdios da pós-graduação”; *Fórum Educacional*, v. 4, nº 4, 1980.
- UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE C&T: Por uma ciência e tecnologia para o povo; Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTC&T) do ANDES-SN, Set. 2017.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía – mundo europeo en el siglo XVI*. México: Siglo Veinteuno, 1979.
- ZAGNI, Rodrigo Medina. *Identidades em guerra: imperialismo e cultura nas relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Segunda Guerra Mundial (os casos de Brasil, Argentina e México)*. Curitiba: CRV, 2015.
- _____. Entre Ariel e Calibã: Richard Morse e a definição do “objeto América Latina”. *Cadernos PROLAM/USP*. Brazilian Journal of Latin American Studies. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. Vol. 14, nº 26, 2015.